

SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - AC

Termo de Referência 40/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
40/2025	200380-SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - AC	FERNANDO FERES BORGES	20/03/2026 13:16 (v 0.22)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia	29/2025	08220.003413/2025-20

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de **retrofit do sistema de climatização do tipo VRF (Fluxo de Refrigerante Variável)** instalado no edifício sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre – SR/PF/AC, compreendendo a elaboração do Projeto Executivo de Climatização em plataforma BIM, a substituição de equipamentos primários obsoletos, a reabilitação e adequação dos componentes existentes e da infraestrutura interligada ao sistema, bem como o fornecimento, instalação e integração de equipamentos, materiais e acessórios necessários ao restabelecimento integral da operação do sistema., nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR TOTAL
1	Execução de retrofit do Sistema de Climatização do tipo VRF (Fluxo de Refrigerante Variável) instalado no edifício sede da SR/PF/AC, compreendendo elaboração do Projeto Executivo em BIM, substituição de equipamentos obsoletos, adequação da infraestrutura, fornecimento e instalação de equipamentos e materiais, execução do sistema de renovação de ar, adequações elétricas e de automação, bem como manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças e controle de qualidade do ar, conforme projeto executivo, planilha orçamentária e condições do Termo de Referência.	Un.	1	R\$ 16.660.253,46

1.2 O detalhamento de cada solução a ser contratada está disposto no item 10 deste Termo de Referência.

1.2.1. A contratação abrange todos os serviços de engenharia, fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra especializada, ferramentas e insumos necessários à completa execução da solução, incluindo ainda a prestação de serviços de **manutenção preventiva e corretiva do sistema de climatização**, com fornecimento e substituição de peças e componentes, bem como a realização das rotinas de controle de qualidade do ar. Dessa forma, tais itens poderão ser executados total ou parcialmente, ou ainda não serem executados, conforme verificação técnica realizada pela fiscalização durante a execução do objeto.

1.2.2. Determinados itens constantes da **planilha orçamentária** possuem natureza **condicional** (estimativos), em razão da impossibilidade técnica de definição prévia de sua necessidade ou quantitativo exato antes do início da execução dos serviços. Tais itens estão relacionados a adaptações da infraestrutura existente, compatibilização técnica entre os sistemas instalados e os novos equipamentos, bem como eventuais interferências construtivas identificadas durante a implantação da solução.

1.3 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4 A presente contratação será realizada por meio de sistema de registro de preço, tendo em vista que alguns itens não tiveram como ser estimados por antecipação se serão realizados ou não.

1.4.1. Tal situação decorre das características do objeto, que envolve **serviços de retrofit em sistema de climatização existente**, cujas adequações dependem de verificações técnicas a serem realizadas durante a execução (por medição), especialmente quanto à compatibilidade entre os novos equipamentos, a infraestrutura instalada e eventuais interferências construtivas ou operacionais identificadas no local.

1.4.2. Dessa forma, alguns itens da composição de custos poderão ser **executados total ou parcialmente, ou ainda não serem executados**, conforme as condições verificadas durante a implantação do sistema.

1.4.3. A adoção do Sistema de Registro de Preços, portanto, mostra-se adequada para permitir **flexibilidade na execução do objeto**, garantindo que a Administração contrate apenas os quantitativos efetivamente necessários, evitando pagamentos por serviços ou insumos não utilizados e assegurando maior **economicidade, eficiência e adequação técnica da solução contratada**.

1.5 O prazo de vigência da contratação é de 365 dias contados a partir da emissão da ordem serviço de cada item a ser contratado, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6 O prazo estabelecido no item 1.5. poderá ser prorrogado com fundamento em fato superveniente, como por exemplo prazo de entrega alongado do fabricante do produto.

1.7 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1. Uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;
- 4.1.2. Automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação específica, uso de sensores de presença;
- 4.1.3 Uso exclusivo de lâmpadas LED, fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;
- 4.1.4. Energia solar, ou outra energia limpa para o atendimento das instalações;
- 4.1.5. Sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados; aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
- 4.1.6. Utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;
- 4.1.7. Possibilidade de emprego de materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, de modo a diminuir os custos de transporte;
- 4.1.8. Facilidade e economia na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou serviço;
- 4.1.9. Adoção das normas técnicas de saúde e de segurança do trabalho adequadas;
- 4.1.10. Acessibilidade; e economia da manutenção e operacionalização da edificação, redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental

Indicação de marcas ou modelos

4.2 Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), tendo em vista a complexidade tecnológica de se especificar diversos equipamentos de mercado. Assim, adotou-se como referência algumas marcas/modelos já consolidados pela Polícia Federal e outras instituições e empresas que serviram de benchmarking para esta equipe técnica de contratação.

- a) MIDEA CARRIER
- b) DAIKIN
- c) MITSUBISHI

Subcontratação

- 4.3. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de do valor total do contrato, nas seguintes condições:30% (trinta por cento)
- 4.4 É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;
- 4.5 A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 4.6 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 4.7 O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 4.8 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 4.9. Em se tratando de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o Contratado terá responsabilidade solidária por atos e omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação trabalhista (art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 2024)

Garantia da contratação

- 4.10. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total.
- 4.10.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.11. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato. 4.11.1. A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.11.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.11.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.11.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.12. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.14. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.15. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.15.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.16. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.16.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; 4.16.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.16.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.17. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.18. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.19. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.20. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.21. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.21.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.21.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.22. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.22.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.22.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.23. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.23.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.23.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.23.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.24. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.25. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.26. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.27 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, em razão da complexidade técnica do objeto, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 12:00 horas e das 14:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (68) 3212 1260, quando será emitido Termo de Vistoria, comprovando que o responsável técnico da empresa vistoriou o local da obra e esclareceu todas as dúvidas de ordem técnica e legais.

4.28 Local da vistoria: **BR-364, nº 3501, Portal da Amazônia, em Rio Branco - AC, CEP 69915-630.**

4.29 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.30 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.31 Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue em “pen-drive”, desde que traga sua própria mídia para , contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta gravação

4.32 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5. Condições de Execução

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: 20 dias a partir da emissão da ordem de serviço para cada item contratado;

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho definidas no cronograma físico financeiro a ser aprovada pela fiscalização do contratante.

5.1.2.1. A execução dos serviços observará as condições técnicas verificadas durante a implantação da solução, podendo determinados itens da planilha orçamentária possuir caráter estimativo. Dessa forma, tais itens poderão ser executados total ou parcialmente, ou ainda não serem executados, conforme as necessidades identificadas durante a execução e mediante autorização da fiscalização do contrato.

A planilha orçamentária integrante deste Termo de Referência apresenta quantitativos estimados elaborados pela Administração para fins de planejamento da contratação e julgamento das propostas, não constituindo obrigação de execução integral de todos os itens nela previstos.

5.1.3 A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE (através da FISCALIZAÇÃO), a cada medição e sempre que solicitado, o programa de produção por etapa e produção progressiva dos trabalhos, com a quantidade, o tipo e característica de cada serviço, de modo a se conhecer a perfeita situação do Cronograma;

5.1.4 Quando as obras e/ou serviços contratados forem concluídos caberá à CONTRATADA apresentar comunicação escrita (inicialmente via e-mail e posteriormente protocolando tal correspondência na unidade local da obra) informando o término das obras e/ou serviços, cabendo à FISCALIZAÇÃO, no prazo de até 30 (trinta) dias, a verificação dos serviços executados, após o qual será lavrado Termo de Recebimento Provisório, que caracterizará a aceitação provisória de todas as instalações e sistemas executados, também vinculado à conclusão de todos os testes de campo e da entrega dos Manuais de Manutenção e Conservação e Instruções de Operação e Uso que será passado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela FISCALIZAÇÃO, após terem sido realizadas todas as medições e apropriações referentes a acréscimos, supressões e modificações.

5.1.5 Os serviços serão realizados concomitantemente aos trabalhos desenvolvidos pelo CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA prever a mobilização e desmobilização de equipe e equipamentos como também a proteção por tapumes móveis, galerias e/ou lonas plásticas buscando evitar a proliferação de poeira prejudicial aos equipamentos;

5.1.6 Caberá à CONTRATADA a responsabilidade de estabelecer os contatos com o CONTRATANTE para dar início aos trabalhos;

5.1.7 A localização das instalações provisórias (nelas incluídos, quando necessário, barracões, sanitários, contêineres em geral, almoxarifados, placas de identificação de obra etc.) obedecerá à programação a ser aprovada pela FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE;

5.1.8 A inspeção minuciosa das instalações de toda a construção deverá ser efetuada pelos profissionais responsáveis pela obra da CONTRATADA e pelo CONTRATANTE, acompanhados do engenheiro ou responsável técnico, para constatar e relacionar os arremates e retoques finais que se fizerem necessários. Em consequência desta verificação, terão de ser executados todos os serviços de revisão levantados eventualmente;

5.1.9 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à FISCALIZAÇÃO não atestar a última medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório;

5.1.10 A entrega do objeto licitado não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor. (Lei 10.406 de 10/01/2002);

5.1.11 O Termo de Recebimento Definitivo das obras e/ou serviços contratados será lavrado nos termos e prazos da Lei 14.133/2011, ou seja, em até 90 dias do recebimento provisório;

5.1.12 O gestor do contrato, após emissão de Termo de Recebimento Definitivo dos serviços prestados, comunicará à CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base na última medição realizada e ratificada;

5.1.13 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 5.1.10 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o retardamento não se opere por culpa da CONTRATADA;

5.1.14 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades

5.2 Local e horário da prestação dos serviços

5.2.1 Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rodovia BR 364 n° 3501 Portal da Amazônia.

5.2.2. O prazo total da obra está previsto com base na realização dos trabalhos em horário comercial, de segunda à sexta-feira, sendo seu início determinado a partir da emissão de ordem de serviço;

5.2.3 Há a possibilidade de trabalho noturno e aos finais de semana, quando necessário e aprovado pela FISCALIZAÇÃO, deverá estar prevista em termos de mobilização de equipe e equipamentos quando os trabalhos a serem executados exigirem tal postura;

5.3 Rotinas a serem cumpridas

5.3.1. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho definidas no cronograma físico financeiro a ser aprovado pela FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE;

5.3.2 As etapas de mobilização e desmobilização deverão ser definidas em conjunto com a FISCALIZAÇÃO de forma a interferir o mínimo possível com a rotina do local de intervenção e instalação;

5.4 Materiais a serem disponibilizados:

5.4.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar todo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários a fim de atender a entrega da solução integrada de cada item a ser contratado.

5.5 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta.

5.5.1 A demanda do órgão tem como base as seguintes características;

5.5.1.1 Observar o Caderno de Especificações Técnicas , especificações do Projeto Básico e Visita técnica no edifício;

5.5.1.2 Assegurar o cumprimento das normas técnicas de segurança e de saúde aos usuários/funcionários com um ambiente de trabalho adequado, bem como condições adequadas para os equipamentos e instalações;

5.5.1.3 Destinar adequadamente os entulhos e restos de obra, de acordo com a legislação ambiental em vigor

5.6 Especificação da garantia do serviço ([art. 40, g1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

5.6.1 O prazo de garantia contratual dos equipamentos e serviços será de, no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6. Modelo de Gestão de contrato

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6.1 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6.2 O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução da obra.

Fiscalização

6.7 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7.1. A execução de itens cuja necessidade dependa de verificação técnica durante a implantação do sistema somente poderá ocorrer mediante registro técnico e autorização da fiscalização do contrato.

Fiscalização Técnica

6.8 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.9 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, g1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.10 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.11 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.12 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.13 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.14 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.15 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.16 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.17 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.18 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.19 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.20 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.21 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.22 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1 não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.1.14. O pagamento será realizado exclusivamente com base nas medições aprovadas pela fiscalização do contrato, aplicando-se os preços unitários constantes da planilha orçamentária integrante do instrumento convocatório.

7.1.15. Considerando a natureza estimativa dos quantitativos constantes da planilha orçamentária e a execução do objeto conforme o cronograma físico-financeiro, o empenho da despesa poderá ocorrer de forma estimativa, observada a disponibilidade orçamentária da Administração.

7.10 pagamento será realizado de forma parcelada, conforme as medições dos serviços efetivamente executados em cada etapa do cronograma físico-financeiro aprovado pela fiscalização do contrato, aplicando-se os preços unitários constantes da planilha de composição de custos integrante deste Termo de Referência.

Do recebimento

7.2 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.6 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.8 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021);

7.10 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.11 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.12 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.13 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.13.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.13.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.13.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.13.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.13.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.14 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.15 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.7.11 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.16 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, g2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.17 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.18 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.18.1 o prazo de validade;

7.18.2 a data da emissão;

7.18.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.18.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.18.5 o valor a pagar; e

7.18.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.19 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.20 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.21 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.22 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.23 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.26 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.30 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.31 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.32 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.33 As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.34 A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.35 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.36 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.37 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Reajuste

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, conforme anexo no TR.

7.39. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais [elaboradas com base no SINAPI/SICRO do mês de Dezembro de 2025].

7.40. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.41. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.42. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.43. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.44. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.45. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.46. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

8.2.4.1. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

8.2.4.2. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

8.2.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

8.2.4.4. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

8.2.4.5. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

8.2.4.6. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2**INFRAÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia; Para os itens a seguir, deixar de;	02
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas , após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato.	01

8.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.10 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.11 Na aplicação das sanções serão considerados:

8.11.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.11.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.11.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.11.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.11.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.12 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.13 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.14 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.15 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.16 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.17 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO e por meio de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO**.

Regime de execução

9.2 O regime de execução do contrato será o de **empreitada por preço unitário**, considerando que a execução do objeto será realizada com base em planilha de composição de custos com quantitativos estimados, sendo os serviços medidos e pagos conforme os quantitativos efetivamente executados e aprovados pela fiscalização.

9.2.1. Os quantitativos constantes da planilha orçamentária possuem caráter estimativo, podendo determinados itens serem executados total ou parcialmente, ou ainda não serem executados, conforme as condições verificadas durante a implantação do sistema.

Crítérios de aceitabilidade de preços

9.3. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração em anexo e discriminada no item 10 deste TR, para efeito de avaliação de exequibilidade;

9.3.1. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

1. valor global: conforme valor estimado da contratação e estabelecido na tabela 1 deste TR;
2. custos unitários relevantes: itens estabelecidos na tabela .

Exigências de habilitação

9.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.3.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

9.3.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.3.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.3.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.4 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.5 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.6 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.7 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); 8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo DecretoLei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.8 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.10 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.11 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

9.12 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, através do Atestado de Vistoria Técnica, feito pelo representante legal ou representante técnico da empresa devidamente registrado;

9.13 Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional competente (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA);

9.14 Certificado de Credenciamento, da Empresa, pelo Fabricante dos equipamentos da marca/modelo sugerido pela FISCALIZAÇÃO, para proceder com suas instalações

Qualificação Técnico-Operacional

9.15 Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.15.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.15.1.1 Atestado contendo a execução de Sistema de climatização utilizando tecnologia VRF (Variable Refrigerant Flow) com capacidade de instalação mínima de 140 TR's;

9.16 Os quantitativos exigidos respeitam o limite de, no máximo, 50% do quantitativo estimado do objeto;

9.17 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.18 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.19 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.20 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

Qualificação Técnico-Profissional

9.20 Comprovação de capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho regional competente e na empresa participante como responsável técnico, por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.20.1 Engenheiro Civil e Mecânico

9.20.1.1 Engenheiro(a) civil com execução de obra ou reforma, similar ao objeto, com área mínima de 2.000 m²;

9.20.1.2 Engenheiro(a) Mecânico, com execução de Sistema de climatização utilizando tecnologia VRF (Variable Refrigerant Flow), com capacidade de instalação mínima de 140 TR's

9.20.1.3 Os quantitativos exigidos respeitam o limite de, no máximo, 50% do quantitativo estimado do objeto;

9.21 O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021);

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação /contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples; 9.35. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.22.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.22.2. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.22.3. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.22.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

- 9.22.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.23. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% valor total estimado da contratação.
- 9.24. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 9.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1.O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 16.660.253,46 (Dezesseis milhões, seiscentos e sessenta mil, duzentos e cinquenta e três reais e quarenta e seis centavos), conforme custos unitários ;

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADES MÁXIMAS ESTIMADAS	VALOR ESTIMATIVO UNITÁRIO	VALOR ESTIMATIVO TOTAL
	CUSTO DIRETO				
1	ADMINISTRAÇÃO				
1.1	ENGENHEIRO MECÂNICO DE OBRA PLENO (MENSALISTA, INCLUINDO ENCARGOS)	un/mês	12,00	23.586,01	283.032,08
1.2	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR (MENSALISTA, INCLUINDO ENCARGOS)	un/mês	6,00	22.468,76	134.812,54
1.3	TECNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO (MENSALISTA, INCLUINDO ENCARGOS)	un/mês	12,00	4.794,69	57.536,28
1.4	ENCARREGADO MECÂNICO DE OBRAS (MENSALISTA, INCLUINDO ENCARGOS)	un/mês	12,00	6.528,00	78.336,04
1.5	ENCARREGADO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E AUTOMAÇÃO (MENSALISTA, INCLUINDO ENCARGOS)	un/mês	12,00	6.528,00	78.336,04
1.6	ENCARREGADO DE OBRAS CIVIS (MENSALISTA, INCLUINDO ENCARGOS)	un/mês	3,00	6.528,00	19.584,01
1.7	EMISSION DE ART PARA OS SERVIÇOS (PROJETO EXECUTIVO E EXECUÇLÃO DE OBRA)	un.	1,00	922,80	922,80
1.8	SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL E RISCO DE ENGENHARIA	un.	1,00	5.126,67	5.126,67
1.9	FORNECIMENTO DE EPI's E EPC's	un.	20,00	149,67	2.993,40
2	PROJETO EXECUTIVO E AS BUILT				
2.1	PROJETO EXECUTIVO DE CLIMATIZAÇÃO, DO TIPO VRF, EM PLATAFORMA BIM	un.	1,00	212.930,83	212.930,83
2.2	EXECUÇÃO DE PROJETOS AS BUILT	un.	1,00	12.690,17	12.690,17
3	CANTEIRO DE OBRAS E SERVIÇOS PRELIMINARES				
3.1	EXECUÇÃO DE TAPUME COM CHAPA METÁLICA, INCLUINDO PINTURA ESMALTE	m²	120,00	116,94	14.033,20
3.2	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA	m²	12,00	491,62	5.899,40
3.3	LOCAÇÃO DE CONTAINERS 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA ESCRITORIO, SEM DIVISORIAS INTERNAS E SEM SANITARIO (INCLUI MOBILIZACAO / DESMOBILIZACAO)	un/mês	24,00	2.641,67	63.400,00

3.4	LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA SANITARIO, COM 4 BACIAS, 8 CHUVEIROS, 1 LAVATORIO E 1 MICTORIO (INCLUI MOBILIZACAO / DESMOBILIZACAO)	un/mês	12,00	3.539,83	42.478,00
3.5	REMOÇÃO DE CHAPAS E PERFIS DE DRYWALL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	m²	500,00	10,17	5.086,67
3.6	REMOÇÃO DE FORROS DE DRYWALL, PVC E FIBROMINERAL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	m²	1.500,00	2,37	3.560,00
3.7	REMOÇÃO DE ENTULHO CLASSE B (PISOS, FORRO, DIVISÓRIA E RESÍDUOS DE GESSO) TRANSPORTADOS POR ELEVADOR DE CARGA. ACONDICIONAMENTO FINAL CAÇAMBA ESTACIONÁRIA.	m³	288,00	201,19	57.943,68
3.8	CAÇAMBA DE ENTULHO 6m³ (ALUGUEL)	un.	48,00	475,50	22.824,00
4	EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS				
4.1	UNID. CONDENSADORA VRV INOVA - SO FRIO - 08HP - 380V-3F-60HZ	un.	2,00	59.750,71	119.501,43
4.2	UNID. CONDENSADORA VRV INOVA - SO FRIO - 10HP - 380V-3F-60HZ	un.	3,00	71.221,05	213.663,15
4.3	UNID. CONDENSADORA VRV INOVA - SO FRIO - 12HP - 380V-3F-60HZ	un.	3,00	77.139,00	231.417,01
4.4	UNID. CONDENSADORA VRV INOVA - SO FRIO - 14HP - 380V-3F-60HZ	un.	3,00	86.360,41	259.081,22
4.5	UNID. CONDENSADORA VRV INOVA - SO FRIO - 16HP - 380V-3F-60HZ	un.	20,00	93.316,27	1.866.325,33
4.6	UNID. CONDENSADORA VRV INOVA - SO FRIO - 18HP - 380V-3F-60HZ	un.	6,00	111.984,12	671.904,70
4.7	UNID. CONDENSADORA VRV INOVA - SO FRIO - 20HP - 380V-3F-60HZ	un.	7,00	115.274,39	806.920,71
4.8	KIT DE CONEXÃO DE COBRE PARA INTERLIGAÇÃO DE 2 UNIDADES CONDENSADORAS	un.	8,00	3.095,40	24.763,20
4.9	KIT DE CONEXAO DE COBRE PARA INTERLIGACAO DE 2 UNIDADES CONDENSADORAS	un.	10,00	6.498,27	64.982,73
4.10	UNID. EVAPORADORA VRV TIPO DUTO SLIM 3D - 6.300 KCAL/H	un.	1,00	11.587,11	11.587,11
4.11	UNID. EVAPORADORA VRV TIPO CASSETE 1 VIA - 2.400 KCAL/H	un.	4,00	9.829,86	39.319,44
4.12	UNID. EVAPORADORA VRV TIPO CASSETE 1 VIA - 3.100 KCAL/H	un.	9,00	9.919,88	89.278,92
4.13	UNID. EVAPORADORA VRV TIPO CASSETE 1 VIA - 4.800 KCAL/H	un.	4,00	11.393,09	45.572,37
4.14	UNID. EVAPORADORA VRV TIPO CASSETE ROUND FLOW - 2.400 KCAL/H	un.	3,00	10.572,32	31.716,96
4.15	UNID. EVAPORADORA VRV TIPO CASSETE ROUND FLOW - 3.100 KCAL/H	un.	11,00	10.617,51	116.792,65
4.16	UNID. EVAPORADORA VRV TIPO CASSETE ROUND FLOW - 4.800 KCAL/H	un.	28,00	10.736,66	300.626,39
4.17	UNID. EVAPORADORA VRV TIPO CASSETE ROUND FLOW - 6.100 KCAL/H	un.	98,00	10.980,44	1.076.082,79
4.18	UNID. EVAPORADORA VRV TIPO CASSETE ROUND FLOW - 7.700 KCAL/H	un.	30,00	11.051,00	331.529,90
4.19	UNID. EVAPORADORA VRV TIPO CASSETE ROUND FLOW - 12.000 KCAL/H	un.	36,00	11.635,23	418.868,28
4.20	UNID. EVAPORADORA CASSETE 2 VIAS - VRV - 2.400 FRIGORIAS/HORA	un.	1,00	14.861,77	14.861,77
4.21	UNID. EVAPORADORA CASSETE 2 VIAS - VRV - 4.800 FRIGORIAS/HORA	un.	24,00	14.968,79	359.251,04
4.22	UNID. EVAPORADORA CASSETE 2 VIAS - VRV - 6.100 FRIGORIAS/HORA	un.	7,00	15.507,86	108.555,02
4.23	PAINEL DECORATIVO PARA CASSETE 2 VIAS TIPO C MODELO FXCQ20/25/32 /40AVM	un.	1,00	4.076,74	4.076,74
4.24	PAINEL DECORATIVO PARA CASSETE 2 VIAS TIPO C MODELO FXCQ50/63AVM	un.	31,00	4.737,35	146.857,95
4.25	PAINEL DECORATIVO P/ UNID. EVAP. VRV TIPO CASSETE FXEQ 20/25/32/40	un.	13,00	4.957,00	64.441,00
4.26	PAINEL DECORATIVO P/ UNID. EVAP. VRV TIPO CASSETE FXEQ 50/63	un.	4,00	5.830,28	23.321,11
4.27	PAINEL P/ UNID EVAP CASSETE ROUND FLOW VRV FXFQ-AVM - COR BRANCA	un.	206,00	2.337,26	481.476,25
4.28	CONTROLE REMOTO SEM FIO PARA UNIDADE EVAPORADORA VRV MODELO FXCQ-AVM	un.	32,00	2.289,35	73.259,31
4.29	CONTROLE REMOTO SEM FIO PARA UNIDADE EVAPORADORA VRV MODELO FXEQ-AVE	un.	17,00	1.896,86	32.246,62
4.30	CONTROLE REMOTO SEM FIO PARA UNID. EVAP. CASSETE NEW ROUND FLOW	un.	206,00	1.746,51	359.780,37
4.31	REFNET - CONEXÃO DE COBRE	un.	29,00	697,19	20.218,51
4.32	REFNET - CONEXÃO DE COBRE	un.	22,00	724,04	15.928,95
4.33	REFNET - CONEXÃO DE COBRE	un.	77,00	1.072,63	82.592,25
4.34	REFNET - CONEXÃO DE COBRE	un.	109,00	2.011,18	219.218,62
4.35	REDUCAO PARA REFNET	un.	109,00	778,40	84.845,60
4.36	REIRI OFFICE TOUCH (CONTROLE CENTRAL)	un.	1,00	21.275,69	21.275,69

4.37	REIRI ADAPTOR INTERFACE	un.	4,00	8.785,02	35.140,07
5	INFRAESTRUTURA FRIGORÍGENA				
5.1	TUBO DE COBRE BOB 3/8" (9,52mm), PAREDE 1/32"	m	397,00	200,91	79.762,59
5.2	TUBO DE COBRE RET 1/2" (12,70mm), PAREDE 1/16"	m	230,00	204,98	47.145,40
5.3	TUBO DE COBRE RET 5/8" (15,87mm), PAREDE 1/16"	m	936,00	204,98	191.861,28
5.4	TUBO DE COBRE RET 3/4" (19,05mm), PAREDE 1/16"	m	136,00	204,98	27.877,28
5.5	TUBO DE COBRE RET 7/8" (22,22mm), PAREDE 1/16"	m	141,00	204,98	28.902,18
5.6	TUBO DE COBRE RET 1" (25,4mm), PAREDE 1/16"	m	25,00	204,98	5.124,50
5.7	TUBO DE COBRE RET 1.1/8" (28,57mm), PAREDE 1/16"	m	230,00	204,98	47.145,40
5.8	TUBO DE COBRE RET 1.1/4" (31,75mm), PAREDE 1/16"	m	115,00	204,98	23.572,70
5.9	TUBO DE COBRE RET 1.1/2" (38,10mm), PAREDE 1/16"	m	10,00	204,98	2.049,80
5.10	TUBO DE COBRE RET 1.5/8" (41,27mm), PAREDE 1/16"	m	60,00	204,98	12.298,80
5.11	TUBO ISOL 3/8" 19 X 10 ARMAFLEX CX 100MT C1	m	908,00	34,17	31.026,36
5.12	TUBO ISOL 1/2" 19 X 12 ARMAFLEX CX 88MT C1	m	226,00	36,28	8.198,53
5.13	TUBO ISOL 5/8" 19 X 15 ARMAFLEX CX 80MT C1	m	933,00	39,15	36.523,84
5.14	TUBO ISOL 5/8" 25 X 25 ARMAFLEX CX 40MT	m	22,00	135,42	2.979,31
5.15	FLUIDO REF R410A ONU3163/2/2 11,35KG CHEMOURS	Kg	147,55	172,55	25.459,75
5.16	CURVA 45° x 1/2" PAREDE 1,40mm	un.	15,00	19,31	289,70
5.17	CURVA 45° x 5/8" PAREDE 1,40mm	un.	15,00	25,68	385,20
5.18	CURVA 45° x 3/4" PAREDE 1,40mm	un.	15,00	29,54	443,10
5.19	CURVA 45° x 7/8" PAREDE 1,04mm	un.	15,00	36,28	544,15
5.20	CURVA 45° x 1" PAREDE 1,11mm	un.	15,00	45,33	680,00
5.21	CURVA 45° x 1.1/8" PAREDE 1,17mm	un.	15,00	54,00	810,05
5.22	CURVA 45° x 1.1/4" PAREDE 1,17mm	un.	15,00	73,12	1.096,85
5.23	CURVA 45° x 1.1/2" PAREDE 1,40mm	un.	15,00	79,42	1.191,25
5.24	CURVA 45° x 1.5/8" PAREDE 1,40mm	un.	15,00	109,15	1.637,25
5.25	CURVA 90° x 1/2" PAREDE 1,40mm	un.	20,00	23,14	462,73
5.26	CURVA 90° x 5/8" PAREDE 1,40mm	un.	20,00	32,02	640,40
5.27	CURVA 90° x 3/4" PAREDE 1,40mm	un.	20,00	41,30	825,93
5.28	CURVA 90° x 7/8" PAREDE 1,40mm	un.	20,00	48,92	978,40
5.29	CURVA 90° x 1" PAREDE 1,40mm	un.	20,00	57,97	1.159,33
5.30	CURVA 90° x 1.1/8" PAREDE 1,17mm	un.	20,00	87,04	1.740,73
5.31	CURVA 90° x 1.1/2" PAREDE 1,40mm	un.	20,00	119,85	2.396,93
5.32	CURVA 90° x 1.5/8" PAREDE 1,40mm	un.	20,00	151,61	3.032,20
5.33	FITA P EMENDAS ELASTOM 20mX100mmX3mm ARMAFLEX	un.	5,00	451,33	2.256,65
5.34	VÁLVULA ESFERA 1/4 S GBC06S DANF	un.	75,00	349,71	26.228,50
5.35	VÁLVULA ESFERA 3/8 S GBC10S DANF	un.	155,00	367,98	57.036,38
5.36	VÁLVULA ESFERA 1/2 S GBC12S DANF	un.	75,00	382,78	28.708,25
5.37	TUBO ISOLADO 19MM X 06 1/4 ARMAFLEX 112MT	m	100,00	41,30	4.129,67
5.38	TUBO ISOLADO 25MM X 18 3/4 AF- R ARMAFLEX CX 50MT	m	130,00	103,24	13.420,77
5.39	TUBO ISOLADO 25MM X 22 7/8 AF- R ARMAFLEX CX 42MT	m	135,00	112,45	15.180,75
5.40	TUBO ISOLADO 25MM X 28 1.1/8 AF-R ARMAFLEX CX 40MT	m	230,00	124,79	28.700,93
5.41	TUBO ISOLADO 27MM X 32 1.1/4 AF-R ARMAFLEX CX 32MT	m	110,00	133,82	14.720,57
5.42	TUBO ISOLADO 22MM X 38 1.1/2 AF-M ARMAFLEX CX 36MT	m	10,00	142,16	1.421,57
5.43	FITA TAPE 48MM X 50M PRETA TECTAPE	un.	30,00	108,77	3.263,10
5.44	VÁLVULA ESFERA 5/8"S GBC16S DANF	un.	155,00	383,16	59.389,80
5.45	TUBO ISOLADO 25MM X 42 1.5/8 ISOLINE CX 22MT USAR CODIGO 182024	m	65,00	219,25	14.251,03
6	SISTEMA DE RENOVAÇÃO DE AR				
6.1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GABINETE DE RENOVAÇÃO DE AR, GRAU DE FILTRAGEM G4, COM VAZÃO MÍNIMA DE 3.200 m³/h E PRESSÃO ESTÁTICA MÍNIMA DE 30MCA	un.	20,00	6.222,94	124.458,80
	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DUTO RETANGULAR PARA AR				

6.2	CONDICIONADO (TRECHO RETO) EM CHAPA GALVANIZADA BITOLA 24 - COM ISOLAMENTO DE MANTA COLADA NA CHAPA, INCLUSO FABRICAÇÃO	m²	1.350,00	278,91	376.524,00
6.3	INSTALAÇÃO DE COLARINHO DE AÇO GALVANIZADO DN VÁRIOS DIÂMETROS PARA DUTO FLEXÍVEL CIRCULAR PARA AR	un.	120,00	48,16	5.778,80
6.4	GRELHA PARA SISTEMA DE AR CONDICIONADO, 400X400 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	un.	120,00	390,56	46.866,80
7	SERVIÇOS EM CONSTRUÇÃO CIVIL				
7.1	FORRO EM FIBRA MINERAL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO	m²	1.200,00	131,58	157.896,00
7.2	FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA BIRECIONAL DE FIXAÇÃO	m²	300,00	93,45	28.036,00
7.3	PAREDE COM SISTEMA EM CHAPAS DE GESSO PARA DRYWALL, USO INTERNO COM DUAS FACES DUPLAS E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS DUPLAS, SEM VÃOS.	m²	500,00	221,68	110.840,00
7.4	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA STANDARD, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS	m²	300,00	15,60	4.680,00
7.5	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA STANDARD, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS	m²	1.000,00	12,82	12.820,00
8	LIMPEZA				
8.1	LIMPEZA PERMANENTE DE OBRA	un/mês	12,00	6.523,60	78.283,24
8.2	LIMPEZA FINALDE OBRA	un.	1,00	14.058,28	14.058,28
9	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO				
9.1	SERVIÇO CONTINUADO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, MATERIAL, FERRAMENTAS, COM O FORNECIMENTO E A SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, INCLUINDO INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS, QUANDO NECESSÁRIO, RELATIVAMENTE AO SISTEMA DE AR CONDICIONADO VRF (FLUXO VARIÁVEL DOS REFRIGERANTES) E SISTEMA DE VENTILAÇÃO MECÂNICA.	un/mês	60,00	81.238,38	4.874.303,00

VALOR GLOBAL ESTIMATIVO

R16.660.253,4

10.2. Os itens destacados em vermelho na planilha orçamentária possuem **natureza estimativa e execução condicionada**, tendo sido incluídos para contemplar possíveis adequações técnicas que somente poderão ser confirmadas após o início da execução dos serviços.

10.3. A necessidade de execução desses itens dependerá de **verificação técnica das condições da infraestrutura existente**, a ser realizada durante a implantação da solução, podendo tais itens ser executados integralmente, parcialmente ou não serem executados, conforme avaliação técnica da fiscalização do contrato no âmbito do **GTED/SELOG/SR/PF/AC**.

10.4. Essa característica reforça a adoção do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, permitindo à Administração executar apenas os quantitativos efetivamente necessários, evitando pagamentos por itens não utilizados e assegurando maior flexibilidade técnica e economicidade na execução do objeto.

10.5 Por se tratar de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.5.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.5.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.6 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.6.1 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2 A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

12.2 Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

Anexo I do Termo de Referência – Estudo Técnico Preliminar;

Anexo II do Termo de Referência – Termo de justificativas técnicas relevantes;

Anexo III do Termo de Referência – Mapa de Gerenciamento de Riscos;

Anexo IV do Termo de Referência – Mapa comparativo de preços;

Anexo V do Termo de Referência - Curvas ABC SEI;

Anexo VI do Termo de Referência – Caderno de Encargos e Especificações Técnicas;

Anexo VII do Termo de Referência - Cronograma físico financeiro.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

13.1. ANEXO I – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor – art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024) não se aplica à presente contratação, uma vez que o referido dispositivo destina-se às hipóteses de contratações de pequeno valor em que a Administração pode substituir o instrumento contratual por documentos simplificados, como nota de empenho, autorização de compra ou ordem de execução de serviço; no presente caso, trata-se de contratação de serviço de engenharia com maior complexidade técnica e valor expressivo, o que exige a formalização de **contrato administrativo próprio**, contendo a definição detalhada das obrigações das partes, regras de execução, fiscalização, medições, pagamentos e demais condições previstas na Lei nº 14.133/2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o pregão nº..... bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Rio Branco/AC, de de 20.... .

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FERNANDO FERES BORGES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 19/03/2026 às 12:47:09.

CARLOS ROCHA SANCHES

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 20/03/2026 às 13:16:05.